

LINHA EDITORIAL – EDITORIAL LINE	9
APRESENTAÇÃO – INTRODUCTION	13
1ª SEÇÃO – DIREITO DA INFRAESTRUTURA	
SECTION 1 – INFRASTRUCTURE LAW	
Arbitragem em contratos de infraestrutura celebrados com a Administração Pública: desenvolvimento e energia <i>Arbitrage in infrastructure contracts concluded with the Public Administration: development and energy</i>	
IRÊNE PATRÍCIA NOHARA e DANILO VIEIRA VILELA.....	23
A regulação dos serviços públicos de energia elétrica entre a regulação setorial e o direito do consumidor <i>The regulation of public services of electricity supply between sectorial regulation and consumer protection</i>	
VITOR RHEIN SCHIRATO.....	45
Alocação de riscos em contratos de Parcerias Público-Privadas em metrô: as experiências das Linhas 4 e 6 de São Paulo <i>Risk allocation in contracts of Public-Private Partnerships in subways: the experiences of Lines 4 and 6 of São Paulo</i>	
CAROLINA MARIA LEMBO.....	63
2ª SEÇÃO – DIREITO ADMINISTRATIVO	
SECTION 2 – ADMINISTRATIVE LAW	
A) PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO	
A) PRINCIPLES OF ADMINISTRATIVE LAW	
Considerações sobre o princípio constitucional da impessoalidade administrativa <i>Considerations about the constitutional principle of administrative impersonality</i>	
EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR.....	103

B) MEIO URBANO E BENS PÚBLICOS**B) URBAN ENVIRONMENT AND PUBLIC ASSETS**

Loteamentos urbanos à luz da Constituição Federal

Urban land division plans in light of the Brazilian Constitution

RICARDO MARCONDES MARTINS 121

C) CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**C) ADMINISTRATIVE CONTRACTS**

Estabilização de efeitos de contratos administrativos inválidos

Stabilizing of legal effects of unlawful administrative agreements

MÁRIO SAADI e RAUL DIAS DOS SANTOS NETO..... 157

D) FOMENTO ADMINISTRATIVO E TERCEIRO SETOR**D) ADMINISTRATIVE FOSTERING AND THIRD SECTOR**A natureza jurídica da parceria entre o Estado e a sociedade civil:
estudo de caso à luz da Lei 13.019/2014*The legal nature of the partnership between the State and civil
society: a case study under the Federal Law 13,019/2014*

ANDRÉ VITORINO ALENCAR BRAYNER e EDSON ALVES DA SILVA FILHO 183

E) CONTROLE**E) CONTROL**O Ministério Público e o controle do ato administrativo discricionário
*The Public Ministry and the control of the discretionary adminis-
trative act*

EDUARDO LIMA DE MATOS 203

3ª SEÇÃO – DOUTRINA ESTRANGEIRA**SECTION 3 – FOREIGN DOCTRINE**Les soubassements idéologiques de la notion d'ordre public éco-
nomique*The ideological bases of the idea of economic public order*

JACQUES CHEVALLIER..... 217

El Lawfare en Argentina: luchas por la hegemonía del poder en el campo jurídico

The Lawfare in Argentina: struggles for the hegemony of power in the legal field

PABLO OCTAVIO CABRAL..... 231

4ª SEÇÃO – PARECER

SECTION 4 – LEGAL OPINION

Penalidades na Justiça Eleitoral: princípio da boa-fé e da segurança jurídica como indicadores da interpretação correta da lei

Punishment in Electoral Courts: the principles of good faith and legal certainty as parameters for proper interpretation of the law

HERALDO GARCIA VITTA..... 261

5ª SEÇÃO – COMENTÁRIOS À JURISPRUDÊNCIA

SECTION 5 – COMMENTS OF JURISPRUDENCE

Ressarcimento ao erário e improbidade administrativa: comentários sobre o RE 852.475

Reimbursement to the treasury: comments on special appeal RE 852.475

RODRIGO BORDALO..... 277

Comentários ao julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.938: limitações ao exercício da competência regulamentar

Comments on the judgment of the Direct Action of Unconstitutionality 4.938: limitations to the exercise of regulatory competence

FELIPE GONÇALVES FERNANDES..... 283

ADI 5.039/RO – Aposentadoria de policiais civis: concessão de integralidade e paridade por lei estadual

ADI 5.039/RO – Pension benefits for civil police servants: granting of full salary parity with active employees by state law

IGOR VOLPATO BEDONE..... 291

6ª SEÇÃO – ENTREVISTA**SECTION 6 – INTERVIEW**

Entrevista com Floriano Peixoto de Azevedo Marques Neto

AUGUSTO NEVES DAL POZZO e RICARDO MARCONDES MARTINS..... 299

7ª SEÇÃO – MEMÓRIA DO DIREITO ADMINISTRATIVO**SECTION 7 – RETROSPECTIVE OF ADMINISTRATIVE LAW**

Do contrato administrativo à administração contratual

Administrative contract and contractual administration

FLORIANO PEIXOTO DE AZEVEDO MARQUES NETO 341

Licitação. Aplicação de normas do Decreto-lei 200, de 1967, aos municípios: do objeto licitável

Public procurement bidding process. Enforcement of Decree-law 200 toward city governments: the subject-matter of the bidding process

CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO 353

ANEXO**APPENDIX**

Errata

Aspectos controvertidos da Advocacia Pública

Controversial aspects of public advocacy

RICARDO MARCONDES MARTINS 367

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORAL INÉDITA 395**PUBLICATION GUIDELINES FOR AUTHORS TO SUBMIT UNPUBLISHED ARTICLES 397**



